

ARTEFILOSOFIA

Revista do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFOP

ISSN: 2526-7892

ARTIGO

FORMAS DA HISTÓRIA E DA TEMPORALIDADE: REVISITANDO “EM 1926” DE HANS ULRICH GUMBRECHT¹

Marcelo Jasmin²

Resumo:

O presente trabalho apresenta algumas hipóteses acerca dos modos de elaboração da historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht, tendo como foco o seu livro *Em 1926 - Vivendo no Limite do Tempo*. Trata de aproximar, num primeiro momento, a sincronia que caracteriza esta obra das formulações clássicas de Jacob Burckhardt acerca da escrita historiográfica de *A Cultura do Renascimento na Itália*, e seu afastamento crítico das filosofias da História, para, em seguida, contrastar as duas obras em busca do que é próprio à criação gumbrechtiana.

Palavras-chave: Hans Ulrich Gumbrecht; historiografia; sincronia; tempo histórico

Abstract:

The article presents some hypotheses about the historiographical construction of Hans Ulrich Gumbrecht's *In 1926 - Living at the edge of time*. In a first moment, the article approaches Gumbrecht's work and the classical formulations of Jacob Burckhardt, in his critical arguments against the philosophy of History, and in the synchronic aspects of *The Civilization of the Renaissance in Italy*. In a second move, the article contrasts the two historiographical works to find what is proper of Gumbrecht's creation.

Keywords: Hans Ulrich Gumbrecht; historiography; historical time

¹ Forms of history and temporality: revisiting Gumbrecht's "In 1926"

² É historiador e científica político, professor-adjunto do Departamento de História da PUC-RIO e pesquisador do CNPq. Endereço de email: jasmin@puc-rio.br

1.

O meu encontro com a reflexão de Hans Ulrich Gumbrecht se deu de modo mais ou menos sistemático a partir do ano de 1999 quando, durante um breve curso que ministrou no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na PUC-Rio, foi lançada a edição brasileira do livro “Em 1926”, publicado originalmente dois anos antes.³ O livro trazia um conjunto de proposições e realizações instigantes, a começar pela ideia de historiar um ano isoladamente, sem considerar necessária a sua inscrição temporalizada numa sequência de causas e efeitos, sem associá-lo a um *processo*, a uma cadeia histórica de necessidades. Gumbrecht buscava uma espécie de acesso imediato ao que se passava naquele ano sem a tradicional mediação historiográfica do que veio antes ou do que a partir dali se sucedeu.

Naquele primeiro contato, a empreitada do livro lembrou-me aquela da “A cultura do Renascimento na Itália”, escrito por Jacob Burckhardt, em 1860, em que o historiador suíço buscava livrar-se das perspectivas que compreendiam aquela época no registro da transição entre o fim da idade média e a consolidação da modernidade.⁴ Na busca de um espírito próprio ao tempo-espaço renascentista italiano, Burckhardt desejou distinguir-se da perspectiva hegeliana que concebia espíritos particulares a um tempo ou a um povo como etapas ou encarnações do espírito do mundo em sua caminhada para o *télos* da autoconsciência. E este distanciamento da dialética da realização histórica do espírito permitiu ao historiador suíço considerar diversos aspectos relevantes daquela cultura que eram ignorados quando se os apreendia na perspectiva da compreensão da cadeia de necessidades e, especialmente, de sua contribuição para o que viria a seguir. Como escreveu Janaína de Oliveira, em dissertação de mestrado elaborada naquele final de milênio, “Não era mais possível [dadas as incertezas em relação à continuidade histórica e a ameaça do ‘fim da cultura’ identificadas pelo historiador suíço a partir da ruptura provocada pelo radicalismo da revolução francesa] que a tarefa do historiador continuasse a ser a de desvendar uma ordem providencial ‘na qual tudo tem seu lugar e da qual tudo deriva o seu valor e justificação’...” Portanto, para Burckhardt a historiografia não poderia mais seguir mostrando, com reverência, como tudo contribui para um suposto grande desígnio histórico. Como se tudo pudesse ser acoplado com tranquilidade à sucessão dos acontecimentos”.⁵ De acordo com esta perspectiva de uma história cultural afastada do processo universal fundado na necessidade, o significado e a relevância dos eventos se alteravam de

³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926. Vivendo no limite do tempo.** Trad: Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁴ BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália.** Trad: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵ Janaína Pereira de Oliveira. **A história da cultura como crítica à modernidade: Jacob Burckhardt e a historiografia do século XIX.** Dissertação de mestrado, departamento de História. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2001, pp.53-54. A citação entre as aspas simples refere-se a uma carta de Burckhardt a Von Preen datada de 17/11/1876. Ver também a tese de doutorado da mesma autora: **O futuro aberto. Jacob Burckhardt, G. W. F. Hegel e o problema da continuidade histórica.** Tese de doutorado, departamento de História. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2006.

modo notável, pois não se tratava mais de ressaltar (apenas) aquilo que fazia parte do progresso da humanidade, da caminhada do espírito universal em direção à realização de sua finalidade. Importava a Burckhardt reunir aqueles elementos que formavam, juntos, uma imagem histórica do que era próprio àquele tempo. Por isso, além da pesquisa sobre os temas do Estado ou da arte, a investigação burckhardtiana debruçava-se sobre o humor, as feiras, as festas populares e a moda, dentre outros aspectos considerados tradicionalmente secundários do ponto de vista do progresso da história universal.

A proposta de Gumbrecht de apreender historicamente aquele ano de 1926 sem a consideração de sua inscrição como elo causal no processo histórico pareceu-me, então, uma contribuição efetiva para uma história cultural que buscava o que me parecia a necessária libertação das amarras das filosofias da história e das historiografias que lhes eram tributárias, atendendo, também, de algum modo, à crítica ao conceito moderno de história que a reflexão de Hannah Arendt trouxera de modo tão contundente em “Entre o passado e o futuro”.⁶

2.

Chamava a atenção, também, uma segunda característica central do texto de “Em 1926” que me parecia passível de ser apreendida na tradição da história cultural burckhardtiana: a forma da composição da obra. Pois os capítulos temáticos do livro de Gumbrecht se sucedem sem que haja uma lógica temporal linear entre eles. Não importavam nem o começo, nem o fim daquele ano, e por isso o afastamento da narrativa como forma de exposição do acontecido. São *verbetes*, apresentados em ordem alfabética, numa “estrutura enciclopédica de múltiplas entradas”.⁷ Cada verbete se apresenta em sua autonomia, eventualmente com um estilo de exposição que lhe é próprio, trazendo ao final de seu texto referências cruzadas que sugerem relações temáticas com outros verbetes, configurando-se uma *forma* de exposição em rede que quer se adequar ao convite do escritor para que o leitor os leia na ordem em que desejar. A sucessão em ordem alfabética reforça a ausência de antecedência necessária na leitura de alguns para a compreensão dos demais. Trata-se, portanto, de uma proposta de leitura em que o leitor, na ordem em que desejar ler o livro, vai formando para si uma imagem daquele ano.

Mais uma vez, a empreitada de Gumbrecht me lembrava a de Burckhardt. Na mesma época em que saíra a edição brasileira de “Em 1926”, num trabalho para o curso “História e historiografia da cultura”, no já referido programa de pós-graduação na PUC-Rio, a então aluna Fabiana Werneck desenvolveu a hipótese de que a leitura da obra de Burckhardt poderia ser comparada ao processo de revelação fotográfica antes da era digital: no laboratório, o papel fotográfico imerso no tanque do líquido revelador, apresentava, pouco a pouco, e simultaneamente em toda a sua

⁶ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1972, especialmente o capítulo 2: “O conceito de História: antigo e moderno”.

⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Op. cit., p. 484..

superfície, uma mancha tênue que a cada momento da revelação tornava-se mais nítida até o ponto em que a imagem surgia de uma só vez ao olhar do fotógrafo-revelador e era fixada como fotografia.⁸ Essa intuição de Fabiana jamais saiu de minha lembrança a cada vez que, por algum motivo, relia Burckhardt ou tinha de comentá-lo. Também “A cultura do Renascimento na Itália” se afastava da perspectiva da narrativa e da ordenação cronológica dos eventos para tratar tematicamente os seus capítulos, produzindo entre eles diversas referências cruzadas embora não explicitadas como tais. Tratava-se de lidar sincronicamente com os muitos aspectos da época, abandonando a diacronia que tradicionalmente organizara a narração historiográfica de fatos e acontecimentos. Por isso o suíço deixara de fora do título de seu livro o termo “história” e lhe dera como subtítulo “um ensaio” para caracterizar a novidade daquela produção, que afirmava ser o seu resultado uma dentre as muitas representações possíveis da época retratada. Também por isso, a obra que abandonava a perspectiva mimética da transposição para o discurso de uma realidade tida como “dada” do passado, que expunha de modo explícito os seus limites a partir de suas necessárias escolhas de fontes e pontos de vista, tanto agradara ao mais notório crítico da historiografia do período, Friedrich Nietzsche.

Como Gumbrecht, Burckhardt também dissera ao seu leitor que os seus capítulos não apresentavam uma ordem necessária e que não se encontrava em um deles a chave para os demais, embora muitos dos leitores do suíço desconfiassem que sem a consideração do tema central do indivíduo, encontrado no capítulo sobre o Estado, a imagem do Renascimento perderia a sua força enquanto totalidade. Pois o historiador de Basel, embora buscasse o afastamento crítico da filosofia hegeliana da história, que segundo ele “subordinava” os fatos a uma lógica que lhes era exterior, manteve a esperança de encontrar uma unidade cultural na Itália daquele tempo, um “espírito” para usarmos a palavra dele mesmo, que desse um sentido próprio à totalidade cultural.

3.

E aqui, com certeza, começamos a deixar de lado as aproximações entre as perspectivas de Gumbrecht e a desta tradição da história cultural que eu mobilizara, naquele primeiro contato, para compreendê-las. Não há qualquer esperança de totalidade na escrita de “Em 1926”. Muito pelo contrário. Trata-se da investigação histórica de uma multiplicidade simultânea daquilo que manifestamente estava lá naquele ano de 1926 e que nos chegou como vestígio e materialidade. Aliás, deve-se notar a escolha desse ano no qual nada de muito importante teria acontecido se considerado do ponto de vista dos “marcos históricos” e das cadeias de causa e efeito que constituíam as proposições de inteligibilidade da história universal. O foco naquele único ano buscou descrever um “ambiente como um mundo dentro

⁸ Fabiana veio a desenvolver uma bela dissertação sobre Mário Pedrosa, orientada por Camilo Osório e por mim. Fabiana Werneck Pereira Ribeiro. **Botânica no asfalto: as lições do militante Mário Pedrosa**. Dissertação de mestrado, departamento de História, PUC-Rio, 2001.

do qual as pessoas viviam”, apreendido a partir do investimento em muitas fontes que pertencem a este mesmo “acaso cronológico”.⁹ Não se busca nem um espírito, nem uma totalidade de sentido, mas uma materialidade dos fatos, trabalhados como se estivessem à mão, como se pudéssemos tocá-los, buscando satisfazer um desejo de “falar aos mortos”, um desejo de *presença*.¹⁰ A representação sincrônica destes elementos não pretendia a sua convergência para uma totalidade ou um quadro coerente (GUMBRECHT, 1999, p.12). A sugestão do texto é a de que “os leitores constituam o mundo de 1926 como uma rede assimétrica, como um rizoma”.¹¹ Para tal, Gumbrecht não se refere apenas a costumes ou ideias, mas também a ritmos, tecnologias, coisas cotidianas, esportes, música, sons e sentidos, investindo na descrição de superfícies e concretudes que envolvam o leitor na tarefa de “fazer presentes novamente, em um texto, mundos que existiram antes de o autor nascer”, de produzir um acesso o mais imediato possível, sensual, à “experiência vivida” (*Erlebnis*) naquele ano. Afasta-se, então, da perspectiva hermenêutica da “experiência” que requer uma interpretação (*Erfahrung*).

Pode-se argumentar que nem sempre a leitura alcançou a realização deste ideal, mas seria um equívoco supor que haja alguma ingenuidade epistemológica na audaz proposição. Gumbrecht sabe que a experiência em primeira mão dos mundos que existiram antes de nós é impossível de se realizar, desde logo dado que a distância temporal não é apenas cronológica, mas marcada por lacunas e preenchida por mediações culturais infindas que não se pode descartar. Ao mesmo tempo o autor sustenta que se pode tentar, num esforço heurístico e teoricamente informado, realizar uma história cuja tessitura pretende proporcionar a “ilusão” desta experiência direta. Nesse sentido, a escrita historiográfica requer *ironia*:

A cultura histórica não pode deixar de viver entre este esforço para satisfazer seu desejo de presença e a consciência de que esta é uma tarefa impossível. Portanto, a cultura histórica – se quiser preservar a sua identidade como uma forma de experiência diferente da experiência da ficção – precisa tentar ‘conjurar’ a realidade de mundos passados, sem indulgência com ingênuas analogias com a magia, mas reconhecendo a subjetividade inabitável de cada construção de alteridade histórica. Mesmo assim, logo que a cultura histórica opta abertamente por esse desejo de re-presentation (que não é dado), ela também não pode deixar de ser irônica, já que então representa o passado como uma ‘realidade’, embora saiba que todas as representações são simulacros.¹²

Mas simulacros não são “invenções”. Ao contrário de tendências que pretenderam fazer confluír a ficção e a história, no texto de “Em 1926” a referencialidade é condição de uma escrita historiográfica cujo conteúdo não pode ser inventado. Há

⁹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Op. cit., pp. 477-478.

¹⁰ Deixo de considerar aqui a hipótese antropológica e meta-histórica do fascínio pelo passado e do desejo de “falar aos mortos”.

¹¹ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Op. cit., pp. 484-485.

¹² Ibid., pp. 472-473.

um esforço de rebaixamento da subjetividade na elaboração do texto que se pretende o mais descritivo possível em relação aos vestígios que a pesquisa encontra. E o critério de seleção dos elementos que compõem a presença do passado no texto está na sua recorrência no material pesquisado pertencente ao referido “acaso cronológico”.

4.

Logo, tanto em Gumbrecht, como em Burckhardt, a *forma* da escrita está intencionalmente associada a uma crítica de concepções historiográficas vigentes em seus tempos. Burckhardt reagia intelectualmente ao mundo constituído após a Revolução Francesa e a *forma* não narrativa da escrita da história cultural buscava adequar-se a uma concepção não direcional, que se queria afastada das filosofias da história que, nascidas no século XVIII, alcançavam o seu auge em meados daquele século XIX. Havia nessa escolha uma recusa de reconhecer o que se cria ser, no registro daquelas filosofias, como o *progresso* da civilização ou do espírito humano. Afastava-se, também, da compreensão da historiografia enquanto ciência fundada na ideia da verdade como correspondência entre o discurso e a realidade aferida pela documentação do passado. O seu ensaio apontava para uma elaboração historiográfica que se aproximava da arte, afastando-se simultaneamente da filosofia de Hegel e da ciência metódica de Ranke.

Gumbrecht escrevia quase uma década após a queda do muro de Berlim, em 1989, no contexto da desmontagem daquele mundo comunista que se afirmara como uma resultante e, de algum modo, uma comprovação empírica daquelas filosofias. A queda do muro parecia provar o contrário e aparecia como símbolo do esgotamento da minguante potência persuasiva que as filosofias históricas dos Oitocentos apresentavam na segunda metade do século XX. Nesse sentido, também a *forma* não narrativa em Gumbrecht se associa a alternativas historiográficas neste mundo cujas mudanças tornavam-se mais visíveis após a queda do muro.

Poderíamos dizer que Burckhardt escreveu não apenas contra a historiografia de sua época, mas *contra* o “seu” tempo que ele considerava tender à mediocridade cultural na medida em que a sociedade de massas consolidava seus caminhos. Talvez por isso mesmo a sua análise do Renascimento dê tanta importância ao *uomo universale*, a um tipo de indivíduo, recém-nascido na modernidade, que com suas várias aptidões e marca pessoal liberta das convenções corriqueiras é capaz de se diferenciar em relação aos demais habitantes de sua época. Já Gumbrecht, se é crítico de parte da historiografia de seu tempo, ou pelo menos de concepções subjacentes a muitas escritas históricas de finais do século XX, não escreve *contra* o “seu” tempo. O autor de “Em 1926” reconhece que suas proposições encontram afinidades com alguns dos *leitmotifs* do que então se denominava “filosofia pós-moderna”, especialmente “a intenção de não pensar a História como um movimento homogêneo e totalizante, a argumentação a favor de uma concepção ‘fraca’ de subjetividade e o fascínio por superfícies materiais”,¹³ apresentando-se,

¹³ Ibid., p. 14.

assim, como alternativas críticas em relação às crenças nas possibilidades de preservação dos valores “modernos” ou “modernistas”. Mas há aqui uma sutileza a ser notada: não se trata de uma aposta *contra* o moderno e *a favor* do pós-moderno, mas de um ceticismo sobre as probabilidades de serem mantidas ativas as tradições do modernismo. Não se trata, portanto, de superar o modernismo e afirmar uma nova época, pois isso nos traria de volta, se compreendo a análise de Gumbrecht corretamente, ao próprio modernismo, à noção de que o passado deve ser deixado para trás, ultrapassado por um presente mais verdadeiro no caminho de um futuro ainda mais promissor. Nesse sentido, podemos aproximar a categoria “situação epistemológica” contemporânea usada por Gumbrecht da noção de “condição” que Lyotard utiliza para caracterizar o pós-moderno.¹⁴

5.

E isso nos traz ao último ponto deste pequenino ensaio que comemora os vinte anos daquele primeiro encontro e da edição brasileira de “Em 1926”: a assunção de que a perda da capacidade orientadora da história para a vida parece ter chegado ao seu paroxismo. Se ao longo de toda a tradição historiográfica a História foi vista como guia da ação no presente – como no registro da História Mestra da Vida que caracterizou o mundo clássico – ou da ação no presente com vistas ao futuro – como quiseram as modernas filosofias da história – teríamos chegado ao limiar do século XXI com a forte sensação de que não há mais ensinamentos práticos para a ação que possam ser derivados nem dos “exemplos”, nem do “processo” da História. É esta nova condição que Gumbrecht chama, provocativamente, de “Depois de aprender com a História”, título de um dos dois ensaios reflexivos com os quais termina o livro e que servem de plataforma teórica para explicitar suas proposições: a constatação de que não há regras ou “leis” na História cuja descoberta nos orientaria sobre como caminhar na direção do futuro.

A proposição de Gumbrecht partia da pesquisa sobre a historicidade do tempo histórico desenvolvida por Koselleck ao longo de suas obras, especialmente nos ensaios de “Futuro Passado”,¹⁵ para, por assim dizer, “atualizá-la” com uma terceira possibilidade. Koselleck afirmou o caráter socialmente construído da temporalidade tal como vivida pelas diversas comunidades humanas, por oposição às concepções naturalistas do tempo como homogêneo e regular, identificado à passagem das horas, dos dias e dos anos. A estrutura temporal em particular – as relações que cada mundo estabelece entre presente, passado e futuro – é parte integrante da cultura, de modo que aquilo que se pode fazer com cada uma dessas parcelas do tempo, e com a relação entre elas, varia conforme se alteram as condições históricas e culturais. Logo, o significado mesmo desses termos e da estrutura que os reúne não é estável no tempo e dizer que o passado é o que não existe mais e o futuro o

¹⁴ LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad: Wilma Patrícia Maas e Carlos Alberto Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

que ainda não veio é muito pouco para se compreender o que se fez e o que se pode fazer quando se está inscrito e operando em uma concepção temporal particular. Em outras palavras, para Koselleck, há uma *experiência do tempo* que se realiza social e culturalmente. Daí a sua investigação tão minuciosa das diversas formas desta experiência do tempo moderno que se sucede à “dissolução do *topos* da História Mestra da Vida”.¹⁶

Embora Gumbrecht desconfie da correção filosófica da expressão “experiência do tempo”, dado que o tempo seria para ele antes a *forma* da experiência,¹⁷ a sua sensibilidade histórica também aponta para o fato de que as concepções temporais são culturalmente definidas. Para referir-se a este fato histórico e cultural, ele mobilizou o termo *cronótopo* – que Bakhtin usara para nomear a estrutura do ambiente espaço-temporal em que se desenrola a trama ficcional nos romances –, modificando-o para caracterizar os vários modos que assume a estrutura temporal. Sublinhando, como Koselleck, que a modernidade ocidental “dissolveu” o lugar comum da historiografia exemplar ciceroniana a partir da nova e especial sensibilidade para a mudança, o que levará à constituição de uma nova estrutura temporal e à historicização de todas as coisas,¹⁸ Gumbrecht formulou a noção de um *cronótopo historicista* cujas características centrais apontam para: a) uma auto-referência humana que afirma ser o homem aquele que caminha, no tempo, do passado em direção ao futuro; b) que concebe não haver fenômeno que resista à transformação do tempo, isto é, que considera o tempo, ele mesmo, como portador de mudança; c) que essa mudança é passível de ser conhecida nas suas regularidades ou determinações; d) que o sujeito capaz de conhecer os padrões da transformação histórica é também capaz de agir no presente na direção futura apontada pelo conhecimento do padrão; e) e que o presente é o lugar em que o sujeito age e que este, com sua ação, conecta o passado ao futuro, o que, por sua vez, transforma o presente no “instante imperceptivelmente curto” (Baudelaire), um presente breve de pura transição para um futuro que pode ser acelerado ou retardado. É assim que o sujeito moderno crê poder “fazer” a História a partir de uma ação informada pelo conhecimento de suas determinações.¹⁹

Essa formulação, em grande parte, acompanha e reelabora a teoria de Koselleck acerca do tempo histórico, mas Gumbrecht quer dar o passo que o antigo mestre jamais deu: avançar na direção de uma *sintomatologia do presente* que exige considerar a “dissolução” deste *cronótopo* historicista e a percepção de que outras relações

¹⁶ Ibid., especialmente o capítulo 2.

¹⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. “O tempo como forma da experiência: Valdeci Lopes de Araujo e o futuro de uma tradição alemã de pensar a história”. In: **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813–1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008, p.12.

¹⁸ Michel Foucault. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

¹⁹ Reproduzo aqui, brevemente, o exposto em Hans Ulrich Gumbrecht. “Depois de ‘Depois de aprender com a História’”. In: **Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão**. F. Nicolazzi, H. M. Mollo, V. L. Araujo (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 37.

temporais têm prevalecido em boa parte do ocidente, hoje. É esse outro *cronótopo* que será chamado, dentre outros nomes, de “presente amplo de simultaneidades”, onde o *presente* se alarga e toma o lugar da relação progressiva do processo que traz a humanidade do passado ao futuro e a *simultaneidade* esvazia a dimensão diacrônica da mudança que o *cronótopo* historicista julgava como “dada”, ou necessária, pela mera passagem do tempo. Consequentemente, se dissolve também a moderna pretensão da História de reconhecer padrões ou leis da transformação temporal que permitiriam conhecer antecipadamente o caminho para o futuro.

Seria impróprio aqui reconstruir os passos da argumentação de Gumbrecht. O que eu gostaria de salientar nessa construção do “presente amplo de simultaneidades” é a sua instigante abertura para a possibilidade da convivência simultânea de vários registros temporais cuja sucessão fora, modernamente, concebida como subordinada a uma ordem necessária de superações históricas. Se não há mais porque conceber a História como algo contido numa narrativa que obedeceria à sequência temporal antes tida como natural ou necessária, se o passado não é mais aquilo que se deixa para trás – que se ultrapassa –, se o presente se amplia, tornando-se hospitaleiro ao passado que não quer desaparecer, e se estende para deslocar um futuro incerto que não mais se deseja acelerar, e se a simultaneidade anunciada como sintoma do contemporâneo não deve ser concebida como mais uma nova época que supera os equívocos das anteriores, é razoável supor que há espaço para uma “experiência” temporal multifacetada na qual progresso e repetição podem conviver entre si no mesmo espaço e com outras formas da estrutura temporal. Em outras palavras, “depois de aprender com a História” contém uma ampla gama de possibilidades da estrutura temporal que não descarta, *a priori*, nenhuma das anteriores. Se os modernos criam ter desbancado a exemplaridade paradigmática do passado pela afirmação da verdade cientificamente superior do progresso, e com isso anulavam a possibilidade da repetição, o *cronótopo* que ora se apresenta não legitima a mesma operação. De modo sucinto, poderíamos então supor a possibilidade da simultaneidade de *cronótopos* no interior do mesmo presente alargado.

Nesse sentido, talvez seja necessário abandonarmos a singularização da linguagem que acompanhou a constituição do moderno conceito de História e falarmos ao mesmo tempo de passados, presentes e futuros. Talvez seja algo parecido com isso que estejamos vivendo, para o bem e para o mal, em boa parte nas experiências identitárias do contemporâneo e nas afirmações de suas histórias. A pluralização das histórias que se dirige para substituir aquele singular coletivo moderno – a História – reivindica passados nunca narrados por aquela História Universal e também aponta para futuros que se desdobram na convivência de utopias futuristas, como a do pós-humano, com modos de pensar e de viver até recentemente considerados ultrapassados. Talvez a nova onda política de uma extrema-direita que quer negar o que se supunha fossem avanços consolidados de direitos individuais e coletivos, e que se espalha por vários países do mundo ocidental, seja mais um sintoma de que o progresso moral é apenas uma das narrativas possíveis que buscam dar forma ao vivido para se livrarem da incômoda sensação de que o pior dos passados pode voltar. Mas a simultaneidade desnaturaliza tais crenças progressistas que supõem que certas coisas não seriam mais vistas ou vividas por já

pertencerem a um passado deixado para trás na História. Esta fissura no tempo do progresso que abre espaço à repetição e a proposições que muitos de nós considerávamos “ultrapassadas” também viabiliza reflexões historiográficas associadas a um conhecimento prudencial atento às possibilidades de repetição de eventos ou estruturas, não necessariamente na forma clássica da exemplaridade que reivindicava imitação, mas no alerta pela via de uma exemplaridade negativa que chama a atenção contemporânea para os riscos de repetição de passados indesejados.²⁰

Perdida a certeza da regulação ontológica da História, que de algum modo limitava as possibilidades do que se podia esperar do futuro, a situação epistemológica contemporânea lança presente(s) e futuro(s) ao risco, a uma expansão inaudita do leque de possibilidades do que pode vir adiante. Eis aí uma abertura (ou uma dobra?) do tempo que torna bem mais complexa a nossa forma de lidar com o mundo e a ação.

²⁰ Penso, por exemplo, no pequeno livro do historiador dos campos de concentração e de extermínio, Timothy Snyder, lançado para refletir sobre a (inesperada?) eleição do presidente norte-americano Donald Trump, que se intitula “Sobre a tirania”, cujo subtítulo é “Vinte lições do século XX”, e traz justamente um alerta sobre as possibilidades de repetição de passados indesejáveis, dado o desconhecimento da história pregressa.